

A ALFABETIZAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA À LUZ DE KLEIMAN E BRIAN STREET

Andreia Siqueira Soares Pacífico

Resumo

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556, de junho de 2023, constitui uma política pública voltada à garantia do direito à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental. Com previsão de investimento de R\$ 3 bilhões até 2026, o programa visa reduzir desigualdades educacionais e recuperar aprendizagens comprometidas pela pandemia. Este trabalho tem como objetivo analisar o CNCA à luz das concepções de letramento de Ângela Kleiman e Brian Street, compreendendo como o programa se posiciona entre o modelo autônomo e o modelo ideológico de alfabetização. A partir da abordagem teórica de ambos os autores, discute-se de que modo o CNCA pode promover práticas sociais de leitura e escrita que considerem as diversidades culturais, linguísticas e regionais brasileiras.

Palavras-chave: alfabetização; letramento; equidade educacional; políticas públicas; práticas sociais.

1. Introdução

Para iniciar a discussão em torno das práticas de alfabetização e letramento, recorro à fala de Telma Ferraz, proferida durante a palestra de abertura do Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), realizada na cidade de Guanambi em 19 de setembro de 2025. A autora ressaltou que a alfabetização não se resume a ensinar a “juntar letras”, mas requer que a professora mobilize múltiplos saberes linguísticos, pedagógicos, avaliativos, culturais e afetivos sempre considerando as práticas sociais de leitura e escrita.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), lançado pelo Ministério da Educação em 2023, busca assegurar que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas até

o final do 2º ano do ensino fundamental. Além disso, o programa visa à recuperação das aprendizagens de estudantes dos 3º, 4º e 5º anos afetados pela pandemia de COVID-19. Esse compromisso foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB –Lei 9.394, de 1996 assegurando o compromisso da educação básica com a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura.

Com um investimento total previsto de R\$ 3 bilhões até 2026, o CNCA tem potencial para beneficiar cerca de 15,8 milhões de crianças, abrangendo mais de 270 mil escolas públicas. Entre seus princípios norteadores estão a promoção da equidade educacional e o fortalecimento da cooperação federativa entre União, estados e municípios.

Entretanto, compreender os impactos e limites desse programa exige uma análise que vá além dos números. É necessário questionar como o CNCA entende o processo de alfabetização: trata-se apenas da aquisição técnica do código escrito ou de uma prática social, conforme defendem Kleiman (1995) e Street (1984)? Este estudo, portanto, analisa o CNCA a partir das concepções de letramento desses autores, buscando identificar em que medida o programa reflete uma visão autônoma ou ideológica da alfabetização.

2. Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório, e fundamenta-se em uma abordagem bibliográfica. Conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nessa mesma perspectiva, Severino (2007, p. 127) destaca que esse tipo de pesquisa se realiza a partir de “registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros, artigos e teses”.

O estudo tem como objetivo analisar, ainda que de forma cautelosa, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) à luz das concepções de letramento propostas por Ângela Kleiman e Brian Street, buscando compreender como o programa se posiciona entre o modelo autônomo e o modelo ideológico de alfabetização. A partir da abordagem teórica desses autores, pretende-se discutir de que modo o CNCA pode favorecer práticas sociais de leitura e escrita que reconheçam e valorizem as diversidades culturais, linguísticas e regionais presentes no contexto educacional brasileiro.

Assim, a escolha dessa abordagem metodológica possibilita um aprofundamento teórico sobre as concepções de letramento e suas relações com as políticas públicas de alfabetização, contribuindo para a compreensão crítica das práticas e diretrizes que orientam o CNCA.

3. Resultados e discussão

Para Kleiman (1995), o letramento ultrapassa a mera aprendizagem da leitura e escrita, constituindo-se como uma prática social e cultural. A autora destaca que as práticas de letramento variam conforme o contexto histórico, as identidades dos sujeitos e as funções que a escrita assume em suas vidas. Assim, alfabetizar não significa apenas ensinar o código, mas possibilitar a inserção crítica dos sujeitos nas práticas de leitura e escrita de sua comunidade.

De forma complementar, Brian Street (1984) distingue dois modelos principais de letramento: o autônomo e o ideológico.

No modelo autônomo, o letramento é visto como um conjunto de habilidades cognitivas universais, técnica e neutra desvinculadas do contexto social.

No modelo ideológico, o letramento é compreendido como uma prática cultural e política, influenciada por valores, relações de poder e identidades locais.

Essas perspectivas teóricas são fundamentais para compreender políticas públicas como o CNCA, que buscam conciliar metas nacionais com as realidades plurais do território brasileiro.

Ademais, o CNCA propõe quatro eixos de ação — gestão e governança, formação, infraestrutura e avaliação —, o que indica uma tentativa de estruturar a alfabetização de forma integrada e participativa. Além disso, o programa valoriza a equidade, reconhecendo desigualdades regionais, étnico-raciais, socioeconômicas e de gênero. Essa abordagem dialoga com o modelo ideológico de Street, que reconhece as práticas sociais de linguagem como diversas e contextualizadas.

Entretanto, há o risco de que o CNCA seja implementado segundo uma lógica predominantemente autônoma, caso as avaliações e indicadores priorizem resultados quantitativos e padronizados em detrimento da valorização das práticas locais. Nesse sentido, o programa pode acabar reforçando visões tecnicistas de alfabetização, centradas na mensuração de habilidades, e não no desenvolvimento de práticas sociais significativas.

A equipe do CNCA reconhece as múltiplas formas de viver a infância e aprender a linguagem, com isso o programa abre espaço para políticas de alfabetização que valorizem as diversidades culturais e linguísticas. Contudo, para que isso se concretize, é essencial que as redes de ensino tenham autonomia para adaptar o programa às especificidades de seus contextos locais. O programa ao direcionar suas práticas para o social, reconhecer a heterogeneidade, a diversidade ocorre uma aproximação com as concepções de Kleiman e Street.

Assim, o CNCA pode ser entendido como um terreno de tensões entre duas concepções: a alfabetização autônoma, centrada em metas e resultados, e a alfabetização ideológica, que compreende a escrita como prática social e instrumento de emancipação.

4. conclusões

A análise do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada à luz das teorias de Kleiman e Street evidencia avanços significativos na formulação de políticas públicas voltadas à equidade educacional, mas também revela desafios na sua implementação. O programa apresenta uma estrutura promissora e um discurso sensível à diversidade, mas sua efetividade dependerá da capacidade de valorizar práticas de letramento que respeitem os contextos culturais e sociais das crianças brasileiras.

Para que o CNCA cumpra plenamente seu papel, é necessário que a alfabetização seja compreendida como prática social e cultural, e não apenas como um conjunto de competências mensuráveis. Assim, a política poderá contribuir para a formação de sujeitos críticos, leitores do mundo e de si mesmos — como defendem Kleiman e Street.

Referências

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**: tradução Marcos Bagno, 1º ed, São Paulo, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.